

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E
EMPREDIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREEDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores acionistas

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial bem como as respectivas Demonstrações Financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Ressalta-se ainda que a Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., com a constante preocupação de atender com eficácia seus clientes, firma o seu compromisso com o desempenho empresarial competitivo, a melhoria contínua de seus processos e produtos, a prevenção da poluição, a segurança e a saúde das pessoas. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2018.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e diretores da
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Soares Penido Empreendimentos e Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2017 com opinião sem modificação para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2018.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado			Controladora		
		2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016			2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016
Circulante								Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	159.469	80.851	314.670	4	136	68.980	Fornecedores	15	89.056	102.211	69.004	2.836	874	-
Aplicações financeiras	6	30.985	30.434	28.837	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	16b	98.939	67.127	60.832	8.126	-	-
Contas a receber	7	262.683	345.102	227.604	-	-	-	Debêntures	16a	-	93.831	22.268	-	93.831	22.268
Estoques	8	131.787	98.399	53.668	-	-	-	Impostos e contribuições a recolher	18	174.867	78.292	55.073	140.340	1.243	657
Impostos a recuperar	9	89.058	87.648	64.663	13.990	2.072	916	Salários e férias a pagar		27.062	29.453	33.023	-	-	-
Dividendos a receber		162	104	-	-	-	-	Dividendos		17.785	22.885	7.406	17.714	22.714	3.664
Despesas antecipadas		7.155	10.401	14.817	3.290	4.270	5.312	Imposto de renda e contribuição social		-	-	2.415	-	-	-
Contas a receber por alienação de investimentos	10	-	-	3.634	-	-	3.634	Outras contas a pagar	19	145.741	69.075	72.683	66.830	65.030	64.269
Outras contas a receber		71.076	44.770	4.571	19.848	20	-								
		<u>752.375</u>	<u>697.709</u>	<u>712.464</u>	<u>37.132</u>	<u>6.498</u>	<u>78.842</u>			<u>553.450</u>	<u>462.874</u>	<u>322.704</u>	<u>235.846</u>	<u>183.692</u>	<u>90.858</u>
Não circulante								Não circulante							
Contas a receber	7	124.942	128.988	179.416	-	-	69.758	Empréstimos e financiamentos	16b	614.729	526.996	557.503	-	-	-
Depósitos judiciais	20	27.652	25.357	25.722	-	-	365	Debêntures	16a	155.041	364.444	410.000	155.041	364.444	410.000
Precatórios a receber	11	81.514	62.491	72.962	-	-	-	Impostos e contribuições sociais a recolher	18	10.601	11.294	13.906	2.920	3.389	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	38.195	38.195	48.175	85.569	900	9.980	Mútuos	17	3.250	19.610	-	40.900	24.370	118.275
Imóveis a realizar		3.550	858	-	-	-	-	Provisão para contingências	20	84.124	33.415	38.628	14.325	5.384	-
Mútuos	17	6.080	3.666	3.261	177.512	172.822	145.962	IR e CS diferidos	21	94.020	290.688	282.252	81.550	230.374	203.825
Ativos financeiros	12	294.471	799.803	759.261	293.973	799.335	757.795	Receita diferida		877	17.068	897	-	-	-
Despesas antecipadas		-	41	-	-	-	-	Outras contas a pagar	19	33.542	13.760	20.525	-	-	-
Ativo fiscal diferido		-	-	-	-	-	-								
Outras contas a receber		89.808	98.596	2.474	-	-	-	Patrimônio líquido		<u>996.184</u>	<u>1.277.275</u>	<u>1.323.711</u>	<u>294.736</u>	<u>627.961</u>	<u>732.100</u>
		<u>666.212</u>	<u>1.157.995</u>	<u>1.091.271</u>	<u>557.054</u>	<u>973.057</u>	<u>983.860</u>	Capital social	22	1.078.457	1.078.457	1.012.520	1.078.457	1.078.457	1.012.520
Investimentos	10	24.161	25.665	82.969	1.100.818	1.123.707	1.119.740	Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	-	6.700	-	-	6.700
Propriedade para investimentos		33	33	1.052.996	-	-	-	Reservas de lucros		69.788	196.498	249.790	69.788	196.498	249.790
Imobilizado	13	1.264.325	1.091.563	70.221	1.022	-	-	Ajuste de avaliação patrimonial	10	32.387	31.859	94.496	32.387	31.859	94.496
Intangível	14	73.979	77.733	15.188	15.188	15.205	4.022	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>1.180.632</u>	<u>1.306.814</u>	<u>1.363.506</u>	<u>1.180.632</u>	<u>1.306.814</u>	<u>1.363.506</u>
		<u>1.362.498</u>	<u>1.194.994</u>	<u>1.206.186</u>	<u>1.117.028</u>	<u>1.138.912</u>	<u>1.123.762</u>	Participação de não controladores		<u>50.819</u>	<u>3.735</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>2.781.085</u>	<u>3.050.698</u>	<u>3.009.921</u>	<u>1.711.214</u>	<u>2.118.467</u>	<u>2.186.464</u>	Total do patrimônio líquido		<u>1.231.451</u>	<u>1.310.549</u>	<u>1.363.506</u>	<u>1.180.632</u>	<u>1.306.814</u>	<u>1.363.506</u>
								Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.781.085</u>	<u>3.050.698</u>	<u>3.009.921</u>	<u>1.711.214</u>	<u>2.118.467</u>	<u>2.186.464</u>

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Receita operacional líquida	23	1.061.647	1.251.758	-	-
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	<u>(948.832)</u>	<u>(1.110.044)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>112.815</u>	<u>141.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas Administrativas, comerciais e gerais	25	(265.743)	(317.343)	(21.331)	(46.463)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(39.735)	80.799	16.635	30.967
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>591</u>	<u>(44.745)</u>	<u>(120.902)</u>	<u>(157.040)</u>
		<u>(304.887)</u>	<u>(281.289)</u>	<u>(125.598)</u>	<u>(172.536)</u>
Prejuízo operacional		<u>(192.072)</u>	<u>(139.575)</u>	<u>(125.598)</u>	<u>(172.536)</u>
Despesas financeiras	28	(110.504)	(156.223)	(50.667)	(90.207)
Receitas financeiras	28	<u>105.824</u>	<u>266.290</u>	<u>41.041</u>	<u>219.635</u>
		<u>(4.680)</u>	<u>110.067</u>	<u>(9.626)</u>	<u>129.428</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(196.752)</u>	<u>(29.508)</u>	<u>(135.224)</u>	<u>(43.108)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(151.415)	(30.783)	(139.781)	(16.273)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	<u>220.293</u>	<u>(25.697)</u>	<u>148.823</u>	<u>(26.548)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(127.874)</u>	<u>(85.988)</u>	<u>(126.182)</u>	<u>(85.929)</u>
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		(126.182)	(85.929)		
Acionistas não controladores		<u>(1.691)</u>	<u>(59)</u>		
Prejuízo do exercício		<u>(127.874)</u>	<u>(85.988)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo do exercício	<u>(127.874)</u>	<u>(115.980)</u>	<u>(126.182)</u>	<u>(155.921)</u>
Resultado abrangente total	<u>(127.874)</u>	<u>(115.980)</u>	<u>(126.182)</u>	<u>(155.921)</u>
Resultado abrangente atribuído aos:				
Acionistas controladores	(126.182)	(115.921)		
Acionistas não controladores	<u>(1.691)</u>	<u>(59)</u>		
Resultado abrangente total	<u>(127.874)</u>	<u>(115.980)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva de desapropriação	Reserva Legal	Retenção de lucros					
Saldos em 01 de janeiro de 2016	1.012.520	6.700	149.644	27.605	72.541	94.496	-	1.363.506	-	1.363.506
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	59.237	-	-	-	-	-	59.237	-	59.237
Aumento de capital	65.937	(65.937)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	-	(62.637)	62.637	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(85.929)	(85.929)	(59)	(85.988)
Aquisição de controlada com participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	3.794	3.794
Proposta de destinação de reservas para absorção de prejuízo do exercício Absorção de prejuízos acumulados com reservas de lucros	-	-	-	-	(23.292)	-	23.292	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	1.078.457	-	149.644	27.605	19.249	31.859	-	1.306.814	3.735	1.310.549
Transferencia reserva de lucros	-	-	(149.644)	-	149.644	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	-	528	(528)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(126.182)	(126.182)	(1.691)	(127.873)
Aquisição de controlada com participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	48.775	48.775
Proposta de destinação de reservas para absorção de prejuízo do exercício Absorção de prejuízos acumulados com reservas de lucros	-	-	-	-	(126.710)	-	126.710	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.078.457	-	-	27.605	42.183	32.387	-	1.180.632	50.819	1.231.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

-0

0

-0

Soares Penido Participações e Empreendimentos S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(127.874)	(115.980)	(126.182)	(115.921)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
(Reversão) provisão para perdas com estoques e outros	-	(2.228)	-	23.927
Juros e variações monetárias	103.899	117.855	43.699	68.462
Constituição (reversão) provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	34.959	(7.782)	-	-
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	(28.545)	-	-	-
Depreciação e amortização	51.687	73.457	68	6
Constituição (reversão) de provisão para contingências	50.709	16.871	9.139	5.502
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	17.106	6.056	-	-
Custo do investimento alienado	551.878	183.881	551.878	183.881
Ganho na alienação de investimentos	-	(38.601)	-	-
Custo residual na baixa do investimento	27	1.715	36	-
Ganho na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	(38.343)	(218.074)	(38.313)	(217.918)
Variação no percentual de participação de investimento	-	(273)	-	(66)
Imposto de renda e contribuição social	(196.668)	25.259	(148.824)	26.549
Equivalência patrimonial	(591)	44.745	120.902	187.039
	<u>418.244</u>	<u>86.901</u>	<u>412.403</u>	<u>161.461</u>
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	55.060	1.004	-	-
Estoques	(33.570)	2.194	-	-
Precatórios a receber	5.968	10.471	-	-
Impostos a recuperar	(1.410)	(24.241)	(11.918)	(1.156)
Despesas antecipadas	3.246	4.409	980	1.042
Contas a receber por alienação de investimentos	-	3.634	-	3.634
Depósitos judiciais	(2.295)	(6.903)	(198)	247
Outras contas a receber	6.736	(3.467)	2.997	(20)
	-	-	-	-
	-	-	-	-
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(13.155)	14.447	1.962	874
Impostos e encargos sociais a recolher	95.882	14.776	138.628	3.975
Salários e férias a pagar	(2.391)	(3.347)	-	-
Receita diferida	(16.191)	13.142	-	-
Outras contas a pagar	72.405	(62.014)	-	761
	-	-	-	-
	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>588.529</u>	<u>51.006</u>	<u>544.854</u>	<u>170.818</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(551)	(1.597)	-	-
Aquisição de ativo financeiro a valor justo	(8.239)	(7.503)	(8.239)	(7.503)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(237.801)	(148.088)	(1.073)	(85)
Aquisição de investimento com participação de não controladores	48.775	59	-	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	-	(14.431)	-	-
Aumento de participação em controladas e SCPs	(744)	(63.825)	(108.937)	(10)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(124.900)	(319.791)
Recebimentos de dividendos de controladas	-	-	-	7.980
Mútuo com partes relacionadas	(2.414)	398	(4.600)	(29.440)
	<u>(200.974)</u>	<u>(234.987)</u>	<u>(247.749)</u>	<u>(348.849)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	83.192	10.000	85.592
Mútuo com partes relacionadas	(16.360)	28.670	36.570	77.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	181.154	-	8.126	-
Pagamento do principal e juros	(468.560)	(150.749)	(346.933)	(42.455)
Pagamento de dividendos e antecipações de lucros	(5.171)	(10.950)	(5.000)	(10.950)
	<u>(308.937)</u>	<u>(49.837)</u>	<u>(297.237)</u>	<u>109.187</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos				
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>78.618</u>	<u>(233.818)</u>	<u>(132)</u>	<u>(68.844)</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	80.851	314.669	136	68.980
No fim do exercício	<u>159.469</u>	<u>80.851</u>	<u>4</u>	<u>136</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>78.618</u>	<u>(233.818)</u>	<u>(132)</u>	<u>(68.844)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia) atua exclusivamente como uma empresa de participação (Holding) de capital nacional fechado e tem a finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa ou controla, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes desta unificação.

A Companhia controla a Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que explora as seguintes atividades: (i) Construção Civil - segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; e (iv) Concessão de Serviços Públicos - principalmente geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e também controlou até 28 de dezembro de 2016 a Serveng Transportes Ltda., que explora os serviços de transportes de passageiros no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service) ligando o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Aeroporto de Congonhas a diversos pontos da cidade de São Paulo.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. *Declaração de conformidade com relação às normas do CPC*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2018.

b. *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de imobilizado, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Base de consolidação

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 12** - Ativos financeiros;
- **Nota 13** - Revisão da vida útil do imobilizado;
- **Nota 14** - Recuperabilidade de ágio;
- **Nota 20** - Provisão para contingências;
- **Nota 21** - Impostos diferidos.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

a. *Instrumentos financeiros*

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros), investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar) e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos – mensuração*

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Capital Social - ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2017 e 2016.

(v) Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros) e Custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a três meses.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

e. Estoques

Os estoques de matéria prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

f. Ativos arrendados

(i) Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

(ii) Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

g. Imóveis a comercializar

Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço.

h. Participações em consórcios

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

i. Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

j. Investimentos

(i) Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(ii) Outros investimentos

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

k. Propriedade para investimentos

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento, são alocados na demonstração do resultado nos exercícios que forem identificados.

l. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

m. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

n. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

o. Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados pelo custo histórico que se aproximam substancialmente de seu valor justo.

p. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

(i) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

(ii) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

q. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente

r. *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

s. *Outros passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

t. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial*

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

u. Reconhecimento da receita

(i) Receita de vendas e serviços

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

v. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros ativos de aplicações financeiras, de precatórios e de ganhos na mensuração de ativos financeiros ao valor justo. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, juros sobre empréstimos, perdas na mensuração de ativos financeiros ao valor justo.

w. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme os serviços relacionados sejam prestados.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificações em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Previdência privada

A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários e dirigentes.

x. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais. Aquelas que podem ser relevante para a Empresa estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

IFRS 16 Leases (Arrendamento)

A IFRS 16 foi editada pelo IASB em janeiro de 2016 e exige que os arrendatários reconheçam nas demonstrações financeiras o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso de um ativo arrendado, incluindo arrendamentos operacionais. Esta CPC 06 (R2) terá validade a partir de ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração não adotou estas normas de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para as novas normas, nem determinou os efeitos nos relatórios financeiros atuais.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação	
		2017	2016
Agreste Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100%	100%
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado – Indireto	22,93%	22,93%
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Eolicabras S.A.	Integral – Direto	100%	100%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Folha Larga Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100%	100%
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. (a)	Integral – Indireto	100%	100%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Mineração Aparecida Ltda.	Integral – Direto	100%	100%
Mineração Barueri Ltda.	Integral – Direto	100%	100%
Mineração Jambreiro Ltda.	Integral – Direto	100%	100%
Mineração São Bento Ltda.	Integral – Direto	100%	100%
Mineração São Luis Ltda. (antiga Serveng Mineração Balsas Ltda)	Integral – Indireto	100%	100%
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral – Indireto	100%	100%
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Residencial Acqua Serveng Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	99,31%
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral – Indireto	100%	100%
Serveng Berlim Empreendimento Imobiliário Ltda.(b)	Integral – Indireto	0%	100%
Serveng Cairo Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	2,64%	100%
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda	Integral – Direto	94,30%	100%
Serveng Energias Renováveis S.A.	Integral – Direto	99,32%	99,05%
Serveng Pequim Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	100%
Serveng Pindamonhangaba Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	70,67%
Serveng Residencial Campinas Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	100%
Serveng Residencial Galatea Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	37,14%
Serveng Residencial Mogi das Cruzes Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	100%
Serveng Residencial Mogi Vista I Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	93,42%
Serveng Residencial Mogi Vista II Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	97,69%
Serveng Residencial Padroeira Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	9,09%
Serveng Residencial Vila Guilherme Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	59,29%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	Integral – Direto	100%	100%
SM Geração de Energia Eólica S.A. (a)	Integral – Indireto	99,32%	100%
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,05%	99,05%
Unique Serveng Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	100%
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. (a)	Integral – Indireto	99,32%	100%
Ventos do Santo Antônio Geradora Eólica S.A. (a)	Integral – Indireto	99,32%	100%
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	100%
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. (a)	Integral – Indireto	99,32%	100%
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,05%

- (a) Empresas pré operacionais;
(b) Extinta em 31 de julho de 2017.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação e consórcios

4 Reapresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou algumas práticas contábeis utilizadas até 31 de dezembro de 2017 e concluiu por modificar determinadas práticas contábeis, descritas abaixo, de forma retrospectiva, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Como resultado desse processo, ajustes e reclassificações foram identificados e efetuados nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2016. Assim, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incluem, para fins de comparação, as cifras referentes ao exercício findo em 1º de janeiro de 2016. Os ajustes não produziram efeitos no saldo de caixa e equivalentes de caixa.

As mudanças efetuadas que resultaram em ajustes estão resumidas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de vendas da controlada

As receitas referente a venda de torres de concreto da controlada Eolicabras não foram apropriadas adequadamente no exercício findo de 2016. Consequentemente, o contas a receber, os investimentos, as receitas e os passivos relacionados foram apresentados a menor. Os valores foram retificados nas demonstrações financeiras do exercício anterior. A partir dessas demonstrações financeiras, a Companhia alterou sua prática para o reconhecimento da receita e do resultado pela evolução do custo incorrido, de forma a refletir a margem da venda. Como decorrência, o saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 forma diminuídos em R\$ 29.992 e em 31 de dezembro de 2016 foram acrescidos em R\$ 29.992.

O quadro abaixo detalha os principais efeitos dessas alterações de práticas contábeis (na controladora e consolidado), nos balanços patrimoniais e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, em 31 de dezembro de 2016, e na demonstração do resultado dos períodos:

a) Balanços patrimoniais

	Impactos da retificação de erros					
	Balanços patrimoniais - 31.12.2016					
	Consolidado			Controladora		
<i>Em milhares de Reais</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresent.	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresent.
Contas a receber	312.053	33.049	345.102	-	-	-
Investimentos	-	-	-	1.093.715	29.992	1.123.707
Outros	2.705.596	-	2.705.596	994.760	-	994.760
Total de Ativos	3.017.649	33.049	3.050.698	2.088.475	29.992	2.118.467
Impostos e contribuições a recolher	(75.235)	(3.057)	(78.292)	-	-	-
Outros	(1.661.857)	-	(1.661.857)	-	-	-
Total de Passivos	(1.737.092)	(3.057)	(1.740.149)	-	-	-
Reserva de lucros	(166.506)	(29.992)	(196.498)	(166.506)	(29.992)	(196.498)
Outros	(1.114.051)	-	(1.114.051)	(1.110.316)	-	(1.110.316)
Total do PL	(1.280.557)	(29.992)	(1.310.549)	(1.276.822)	(29.992)	(1.306.814)

b) Demonstrações de resultado:

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erros					
	Demonstrações de resultado - 31.12.2016					
	Consolidado			Controladora		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	1.221.766	29.992	1.251.758	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(187.032)	29.992	(157.040)
Outros	(1.337.746)	-	(1.337.746)	71.111	-	71.111
Total do Patrimônio Líquido	(115.980)	29.992	(85.988)	(115.921)	29.992	(85.929)

c) Conciliação do patrimônio líquido e do resultado do exercício são apresentados a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
Conciliação do patrimônio líquido:						
Patrimônio líquido divulgado	1.261.443	1.280.557	1.363.506	1.210.624	1.276.822	1.363.506
Reconhecimento de receita	(33.049)	33.049	-	-	-	-
Impostos sobre receita	3.057	(3.057)	-	-	-	-
Equivalencia Patrimonial	-	-	-	(29.992)	29.992	-
	<u>1.231.451</u>	<u>1.310.549</u>	<u>1.363.506</u>	<u>1.180.632</u>	<u>1.306.814</u>	<u>1.363.506</u>
	Consolidado		Controladora			
Conciliação do resultado:	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
Resultado do exercício divulgado	(97.882)	(115.980)	(96.190)	(115.921)		
Reconhecimento de receita	(33.049)	33.049	-	-		
Impostos sobre receita	3.057	(3.057)	-	-		
Equivalencia patrimonial	-	-	(29.992)	29.992		
	<u>(127.874)</u>	<u>(85.988)</u>	<u>(126.182)</u>	<u>(85.929)</u>		

Não há impactos em outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, não está sendo apresentada demonstração de outros resultados abrangentes.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	127.062	19.568	4	136
Aplicações financeiras diversas	32.407	61.283	-	-
	159.469	80.851	4	136

6 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações financeiras	30.985	30.434	-	-

As aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que foi de 9,33 % a.a. em 2017 (14 % a.a. em 2016).

Os recursos classificados na rubrica “Aplicações financeiras” se tratam das aplicações financeiras registradas nas empresas do projeto eólico. Os demais recursos foram classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por serem considerados como ativos financeiros de curto prazo e alta liquidez.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)
Contas a receber	400.475	334.762
Medições a faturar	19.761	143.802
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	14.317	7.697
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(46.928)	(12.171)
	387.625	474.090
Circulante	262.683	345.102
Não circulante	124.942	128.988

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*)

	Consolidado	
	2017	2016
A vencer	98.790	157.071
Vencidas:		
de 1 a 30 dias	83.519	36.341
de 31 a 60 dias	53	2.788
de 61 a 90 dias	15	573
de 91 a 120 dias	1	53
de 121 a 180 dias	52	15
a mais de 180 dias	218.045	137.921
	400.475	334.762
Total	400.475	334.762

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é como se segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(12.171)
Provisão constituída	(46.928)
Baixa	12.171
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(46.928)

8 Estoques

	Consolidado	
	2017	2016
Produtos acabados	6.432	15.923
Matéria prima	89	149
Imoveis a comercializar	12.540	30.508
Terrenos a incorporar	79.438	16.671
Outros estoques para consumo e manutenção	33.289	35.148
	131.787	98.399
	131.787	98.399

9 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
ISS	1.618	1.390	-	-
ICMS	3.719	3.522	-	-
PIS	11.420	6.876	-	-
COFINS	15.969	30.708	-	-
CSLL	17.672	12.654	3.745	509
Imposto de Renda	33.562	25.193	10.229	1.558
INSS	2.734	5.798	-	-
Outros	2.364	1.507	16	5
	89.058	87.648	13.990	2.072
Total	89.058	87.648	13.990	2.072

10 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016 (Reapresentado)
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	37.670	36.180	1.119.844	1.147.634
Participações em sociedades por conta de participação	14.843	18.581	-	-
	52.513	54.761	1.119.844	1.147.634
Lucro não realizado com controladas (a)	(28.352)	(29.096)	(19.026)	(23.927)
	24.161	25.665	1.100.818	1.123.707

(a) Construção de ativo imobilizado na controlada Corumbá Concessões S.A.

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrim. líquido	Particip. no capital da investida	Patrimônio líquido ajustado	Investimento		Equivalência	
						2017	2016	2017	2016
						(Reapres)		(Reapres)	
Serveng-Civilsan	904.203	(288.330)	615.873	100,00%	615.873	615.873	745.952	(130.980)	(154.123)
Serveng Transportes	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	(9.490)
Eolicabras S/A	69.794	(15.651)	54.143	100,00%	54.143	53.649	56.878	(2.735)	(591)
Serveng Energias Renov.	371.825	10.343	382.239	99,32%	379.628	379.628	273.587	(2.778)	(3.965)
Mineração São Luís Ltda.	3.857	(3.830)	27	100,00%	27	27	30	(3)	2
Mineração Jambreiro Ltda.	515	7.031	7.546	100,00%	7.546	7.546	11.107	6.633	9.494
Mineração Aparecida Ltda.	10	2.418	2.428	99,99%	2.428	2.428	1.822	2.236	1.813
Mineração São Bento Ltda.	-	-	-	0,00%	-	-	10	-	-
Serveng DI	72.923	(8.958)	63.424	94,31%	59.815	59.815	57.669	1.526	-
Mineração Barueri Ltda.	760	118	878	99,99%	878	878	579	299	(180)
Participação em controladas						1.119.844	1.147.634	(125.802)	(157.040)
Lucro não realizado						(19.026)	(23.927)	4.900	-
Total						1.100.818	1.123.707	(120.902)	(157.040)

11 Precatórios a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Valor bruto		
DER/SP (a)	61.441	26.406
Prefeitura de Cotia	13.668	23.384
Prefeitura de Guaratinguetá	2.296	7.720
Outros (b)	4.109	4.981
	81.514	62.491

Emenda Constitucional 62/09

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela Companhia (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer através do instituto da modulação, o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

Composição dos precatórios a receber:

- (b) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- (c) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controladora Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Cotia, Guaratinguetá e outras.

Para os demais precatórios, em razão do recente julgamento ocorrido em 14 de março de 2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09 e o tratamento que deverão ter os créditos decorrentes de precatórios.

12 Ativos financeiros

	Consolidado	
	2017	2016
Investimentos mensurados ao valor justo	294.471	799.803

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2017. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 18.208.957 ações ordinárias em 2017 (50.100.000 em 2016) mantidas pela Companhia na CCR S.A.

13 Imobilizado – Consolidado

	Taxa depreciação (a.a.%)	2017		2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos		3.926	-	3.926	3.937
Edifícios e construções	2.8	18.172	(12.268)	5.904	6.466
Máquinas e equipamentos	4 a 25	274.374	(130.790)	143.584	163.830
Veículos e embarcações	10 a 25	166.471	(100.431)	66.040	49.299
Equipamentos de informática	20	7.505	(5.666)	1.839	1.196
Móveis e utensílios	10	5.325	(4.706)	619	930
Aerogeradores	3.3	683.266	(93.488)	589.778	615.191
Aeronave	5.5	-	-	-	27.366
Obras em andamento e outros		461.693	(9.329)	452.635	223.348
		1.621.002	(356.678)	1.264.325	1.091.563

Movimentação do ativo imobilizado - Consolidado

	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Transferências e ajustes (+) (-)	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências e ajustes (+) (-)	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	4.179	-	(242)	-	3.937	-	(11)	-	3.926
Edifícios e construções	18.172	-	-	-	18.172	-	-	-	18.172
Maquinas e equipamentos	283.759	15.715	(9.859)	128	289.743	330	(15.692)	(7)	274.374
Veículos	158.387	2.707	(24.984)	-	136.110	83	(4.297)	-	131.896
Móveis, utensílios e outros	6.358	236	(1.031)	-	5.563	47	(284)	(1)	5.325
Equipamentos de informática	7.020	752	(1.364)	-	6.408	1.140	(43)	-	7.505
Obras em andamento e outros	109.097	142.435	(17.841)	(1.448)	232.243	235.537	(5.809)	(8)	461.693
Aeronave	48.519	-	(13.944)	-	34.575	-	-	-	34.575
Aerogeradores	702.362	1.394	(24.129)	3.474	683.101	160	-	5	683.266
Total do custo	1.337.853	163.239	(93.394)	2.154	1.409.852	237.297	(26.136)	(11)	1.621.002
Depreciação acumulada	(284.857)	(66.138)	34.860	(2.154)	(318.289)	(47.911)	9.511	11	(356.678)
Valor residual do ativo Imobilizado	1.052.996	97.101	(58.534)	-	1.091.563	189.386	(16.625)	-	1.264.324

14 Intangível

	2017		2016	
	Custo	Amortização e exaustão	Saldo residual	Saldo residual
Ágio pago na aquisição de investimentos (a)	43.631	-	43.631	41.681
Direito de lavra (b)	28.355	(3.278)	25.076	25.147
Direito contratuais de comercialização (c)	328	-	328	1.980
Softwares	28.637	(23.720)	4.917	8.531
Outros	25	-	25	394
	100.979	(26.998)	73.979	77.733

- (a) Ágio na aquisição de investimento fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do projeto eólico, adquirido pela Companhia em 2011, com início das atividades em 2014;
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação à possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Direitos contratuais serão amortizados a partir de 2014, ano de início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais	55.986	98.263	2.836	874
Fornecedores - partes relacionadas (nota 17)	33.070	3.948	-	-
	89.056	102.211	2.836	874

16 Debêntures, empréstimos e financiamentos

a. Debêntures

	Item	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Debêntures (CDI + 2,68% a.a.)	1	155.041	458.275	155.041	458.275
Circulante		-	93.831	-	93.831
Não circulante		155.041	364.444	155.041	364.444

b. Empréstimos e financiamentos

	Item	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Financiamento de equip. (FINAME PSI 2)	2	2.314	27.222	-	-
Financ. de equipamentos (BNDES Eólicas)	3	516.998	538.687	-	-
Financiamento (BNB Eólicas)		147.124	-	-	-
Bradesco (9,11% a.a + TR)		5.838	6.800	-	-
Itaú (9,20% a.a + TR)		33.268	21.414	-	-
Capital de giro		8.126	-	8.126	-
Total		713.668	594.123	8.126	-
Circulante		98.939	67.127	8.126	-
Não circulante		614.729	526.996	-	-

- (1) Segunda emissão emitido em 05 de maio de 2013, pela controladora Soares Penido Participações, para implementação do projeto eólico, com vencimento em 36 meses, finalizando em 05 de maio de 2016. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan. Terceira emissão emitida em 05 de junho de 2014, pela controladora Soares Penido Participação, com vencimento em 60 meses, finalizando em 05 de junho de 2019. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan. Quarta emissão emitida em 25 de agosto de 2015 com vencimento em 72 meses, finalizando em 25 de agosto de 2021.
- (2) FINAME PSI00202 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;
- (3) Os empréstimos com o BNDES, captados pelas SPEs que integram o Projeto União dos Ventos, através de sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., controlada indireta da Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no estado do RN, estando sujeitos a encargos fixos de 2,18% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controlada Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: $(EBITDA - \text{Imposto de Renda e Contribuição Social}) / (\text{Soma dos pagamentos do principal} + \text{Juros em 12 meses})$. O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, é efetuado a partir da data de início de operação dos parques eólicos.

**Soares Penido Participações e
Empreendimentos S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Empresa	Lucro bruto	Despesas adminis- trativas e gerais	Despesas não recor- rentes	Depreci- ação e amorti- zação	Outras receitas (despesas) operacio- nais, líquidas	EBITDA	IR e CS corrente	Geração de caixa da atividade no ARef	Serviços da dívida no ARef	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)	
										2017	2016
Campina Potiguar	8.167	(31)	60	2.234	3	10.433	(679)	9.754	(6.767)	1,441	1,449
Canto da Ilha	5.983	(29)	991	1.997	2	8.944	(538)	8.406	(6.132)	1,371	1,353
Energia Potiguar	10.557	(45)	1.174	3.599	(17)	15.268	(791)	14.477	(11.057)	1,309	1,324
Esquina dos Ventos	8.237	(93)	0	2.249	3	10.396	(630)	9.766	(6.890)	1,417	1,376
Ilha dos Ventos	5.605	(30)	0	1.734	2	7.311	(406)	6.905	(5.106)	1,352	1,313
Morro dos Ventos	11.999	(41)	350	3.745	4	16.057	(900)	15.157	(11.438)	1,325	1,317
Ponta do Vento Leste	11.703	(42)	275	3.581	4	15.521	(824)	14.697	(11.171)	1,316	1,316
Pontal do Nordeste	7.348	(33)	88	2.254	2	9.659	(468)	9.191	(6.997)	1,314	1,239
Torres de Pedra	10.517	(58)	1.225	3.583	4	15.271	(785)	14.486	(11.032)	1,313	1,315
Torres de São Miguel	5.460	(30)	4	1.715	2	7.151	(420)	6.731	(5.066)	1,329	1,302

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2019	56.957	-
2020	50.660	-
2021	50.660	-
2022	50.660	-
2023 em diante	405.792	-
Total	614.729	-

17 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Saldos				
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes:				
Pecuária Serramar Ltda.	4	-	-	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	-	21	-	-
Consórcios	-	3.582	-	-
Serveng Transportes	-	333	-	-
Mineração Jambeiro	-	32	-	-
Mineração Aparecida	-	2.663	-	-
Mineração Barueri	-	899	-	-
	4	7.530	-	-
Dividendos:				
Corumba Concessões S/A	162	104	-	-
	162	104	-	-
Outras contas a receber:				
Acionistas	32.992	32.992	-	-
	32.992	32.992	-	-

**Soares Penido Participações e
Emprendimentos S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo não circulante

Adiantamento para futuro aumento de capital:

Serveng Civilsan S.A.	-	-	85.569	900
Corumbá Concessões S/A(b)	38.195	38.195	-	-
	38.195	38.195	85.569	900

Outras contas a receber:

Acionistas	65.650	98.475	-	-
	65.650	98.475	-	-

Mútuos:

Ventos Potiguares(c)	-	1.640	176.362	172.822
Corumbá Concessões S/A	6.080	2.026	-	-
Serveng Civilsan	-	-	1.150	-
	6.080	3.666	177.512	172.822

Consolidado

Controladora

2017

2016

2017

2016

Passivo circulante

Fornecedores:

Serveng Desenvolvimento imobiliário	-	21	-	-
Serveng Transportes	-	333	-	-
Mineração Jambéiro	-	32	-	-
Mineração Aparecida	-	2.663	-	-
Mineração Barueri	-	899	-	-
Serveng Residencial Mogi das Cruzes	-	-	-	-
	-	3.948	-	-

Dividendos:

Acionistas(d)	17.714	22.885	17.714	22.714
Serveng Transportes	71	-	-	-
	17.785	22.885	17.714	22.714

Passivo não-circulante

Títulos a pagar:

Serveng Transportes	45.551	45.551	45.409	45.409
SM Geração de energia Eolica(e)	-	-	15.050	15.050
	45.551	45.551	60.459	60.459

Mútuos:

Mineração Jambéiro	-	-	-	4.280
Mineração Barueri	-	-	900	-
Mineração Aparecida	-	-	-	480
Eolicabras	-	-	21.250	-
Serveng DI	-	-	9.750	-
Ventos do Canto de Baixo	-	-	6.000	-
Ventos de Santo Antonio	-	-	3.000	-
Serveng Transportes(f)	3.250	19.610	-	19.610
	3.250	19.610	40.900	24.370

- (a) Alienação de investimento na Serveng Transportes;
- (b) Afac da controlada Serveng Civilsan com a Corumbá Concessões;
- (c) Compensação de crédito de mútuo que a Serveng Civilsan tinha com a Soares Penido para amortizar o saldo de afac que a Soares Penido tinha com a Serveng Civilsan;
- (d) Dividendos a distribuir para aos Acionistas;
- (e) Compensação de crédito de mútuo;
- (f) Mútuo a pagar para a Serveng Transportes;

Remuneração da Administração e da diretoria

Durante o exercício de 2017, os Administradores da Companhia e controladas não receberam remuneração a título de honorários, em 2016 receberam R\$ 3.979, sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

18 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016 (Reapres.)	2017	2016
Obrigações fiscais				
Tributos parcelados	10.904	22.661	3.068	4.268
COFINS	16.571	19.341	92	2
ISS	6.993	11.158	1	-
PIS	3.355	3.970	15	-
ICMS	1.505	984		-
Obrigações previdenciárias	4.644	14.901		-
Outros	141.496	16.571	140.084	362
Total	185.468	86.586	143.260	4.632
Circulante	174.867	78.292	140.340	1.243
Não circulante	10.601	11.294	2.920	3.389

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado
2019	155
2020	155
2021	155
2022	155
2023 em diante	285
Total	905

19 Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Honorários advocatícios	5.671	5.982	-	-
Obrigações assumidas por consórcios	3.652	7.747	-	-
Provisão ambiental	24.113	-	-	-
Adiantamento de clientes	50.448	7.287	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	60.458	45.551	60.458	60.458
Outros	34.941	16.264	6.372	4.572
Total	179.283	82.831	66.830	65.030
Circulante	145.741	69.075	66.830	65.030
Não circulante	33.542	13.760	-	-

- a) Refere-se aos custos para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerários vinculados. A projeção estimada destes custos foi elaborada pela equipe técnica da companhia e submetido a validação pela administração.

20 Provisão para contingências

	Controladora			
	2017		2016	
	Provisão	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Ativo				
Processos tributários	-	-	-	-
Processos cíveis	-	-	-	-
Processos trabalhistas	-	-	-	-
Total ativo	-	-	-	-
Passivo				
Processos tributários	11.692	15	11.677	(15)
Processos cíveis	840	-	840	859
Processos trabalhistas	2.110	302	1.808	4.540
Total passivo	14.642	317	14.325	5.384
	Consolidado			
	2017		2016	
	Provisão	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Ativo				
Processos tributários	-	25.357	25.357	25.357
Processos cíveis	-	-	-	-
Processos trabalhistas	-	2.295	2.295	-
Total ativo	-	27.652	27.652	25.357
Passivo				
Processos tributários	55.490	29.655	25.835	8.880
Processos cíveis	23.747	4.006	19.741	10.584
Processos trabalhistas	54.139	15.591	38.548	13.951
Total passivo	133.377	49.253	84.124	33.415
Total líquido de contingências	133.377	21.601	56.472	8.058

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R\$ 576.911 (R\$ 376.636 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

	2017	2016
Processos Cíveis	112.006	90.604
Processos Trabalhistas	49.865	44.879
Processos Tributários	415.040	241.153
	576.911	376.636

21 Imposto de renda e Contribuição Social

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Diferenças temporárias	54.715	-	6.285	3.177
Prejuízos fiscais	49.811	12.909	-	5.741
Total diferido ativo	104.526	12.909	6.285	8.918
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	135.062	271.774	84.593	236.000
Exclusões temporárias de órgãos públicos	21.016	18.647	-	-
Outras exclusões	42.468	13.176	3.242	3.292
Total diferido passivo	198.546	303.597	87.835	239.292
Total Imposto de renda e contrib. social diferidos:	94.020	290.688	81.550	230.374

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Demonstração de resultado				
Corrente:				
Imposto de renda	(109.937)	(22.475)	(102.639)	(11.959)
Contribuição social	(41.478)	(8.308)	(37.142)	(4.314)
Imposto de renda e contribuição social	(151.415)	(30.783)	(139.781)	(16.273)
Cálculo alíquota de imposto efetiva				
Lucro antes do IR e da CSLL	(196.752)	(29.508)	(135.224)	(43.108)
IR e CSLL correntes	(151.415)	(30.783)	(139.781)	(16.273)
IR e CSLL diferidos	220.293	(25.697)	148.823	(26.548)
IR e CSLL no resultado	68.878	(56.480)	9.042	(42.821)
Alíquota efetiva	35%	191%	7%	99%

No consolidado, a alíquota efetiva é de 35% (2016 - 191%) e na Controladora a alíquota efetiva é de 7% (2016 - 99%).

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973/14, de 13 de maio de 2014, objeto de conversão da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, revogou o Regime Tributário de Transição (“RTT”) e trouxe outras providências. As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo na hipótese de opção pela sua adoção antecipação a partir de 2014.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia era de R\$ 1.078.439 (R\$ 1.078.439 em 2016), representado por 1.136.297.964 (1.136.297.964 em 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b. Reserva de lucros

- **Reserva de desapropriação**

Decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

23 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2017	2016
Receita operacional bruta	1.155.084	1.366.044
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(89.775)	(108.892)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	(3.662)	(5.394)
	(93.437)	(114.286)
Receita Líquida	(1.061.647)	1.251.758

24 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado	
	2017	2016
Custo com pessoal e encargos	(229.094)	(341.613)
Serviços de terceiros	(154.619)	(256.427)
Materiais e peças	(186.246)	(185.794)
Custo mercadorias vendidas	(256.983)	(122.074)
Alugueis	(44.670)	(81.530)
Combustíveis	(17.929)	(58.858)
Depreciação e amortização	(34.056)	(31.807)
Manutenção de edifícios	(9.847)	(819)
Outros	(15.388)	(31.122)
	(948.832)	(1.110.044)

25 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal e encargos	(61.050)	(100.272)	(880)	(2.619)
Serviços de terceiros	(59.328)	(48.417)	(18.512)	(13.490)
Doações	-	(53)	-	-
Depreciação e amortização	(24.108)	(31.183)	(68)	(5)
Despesas tributárias	(15.918)	(16.250)	(1.322)	(3.750)
Combustíveis	(23.680)	(36.561)	-	-
Manutenção de edifícios	(2.242)	(5.468)	(5)	-
Peças para máquinas e equipamentos	(10.994)	(17.975)	-	-
PECLD	(7.302)	-	-	-
Peças para veículos	(35.406)	(12.116)	-	-
Outros	(25.716)	(49.048)	(545)	(26.599)
	(265.744)	(317.343)	(21.332)	(46.463)

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de aluguel	-	15	-	-
Receitas diversas	921	8.233	-	304
Dividendos	16.956	39.150	16.956	39.150
Impostos sobre outras receitas	(1.192)	(661)	(127)	(113)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	(467)	3.871	-	4.085
Reversão (provisão) contingências	(50.711)	(14.585)	(9.139)	(5.502)
Outros	(5.242)	44.776	8.945	(6.957)
	(39.735)	80.799	16.635	30.967

27 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal e encargos	(290.144)	(441.885)	(880)	(2.619)
Serviços de terceiros	(213.947)	(304.844)	(18.512)	(13.490)
Materiais e peças	(186.246)	(172.887)	-	-
Custo mercadorias vendidas	(256.983)	(122.074)	-	-
Combustíveis	(41.609)	(95.419)	-	-
Aluguéis	(44.670)	(81.530)	-	-
PECLD	(35.406)	0	-	0
Depreciação e amortização	(58.164)	(62.990)	(68)	(5)
Peças para máquinas e equipamentos	(10.994)	(26.667)	-	-
Despesas tributárias	(15.918)	(16.250)	(1.322)	(3.750)
Reversão (provisão) contingências	(50.711)	(14.585)	(9.139)	(5.502)
Peças para veículos	(7.302)	(16.331)	-	-
Manutenção de edifícios	(12.089)	(6.287)	(5)	-
Impostos sobre outras receitas	(1.192)	(661)	(127)	(113)
Doações	-	(53)	-	-
Receitas de aluguel	-	15	-	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado	(467)	3.871	-	4.085
Receitas diversas	921	8.233	-	304
Dividendos	16.956	39.150	16.956	39.150
Outros	(46.346)	(35.394)	8.400	(33.556)
	(1.254.511)	(1.346.588)	(4.697)	(15.496)

28 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros sobre precatórios	28.545	-	-	-
Rendimentos das aplicações financeiras	8.895	14.199	-	1.654
Juros recebidos ou incorridos	-	2.112	-	34
Descontos obtidos	-	31.924	2.728	27
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	38.343	218.054	38.313	217.918
Outras	30.041	1	-	2
	105.824	266.290	41.041	219.635
Despesas financeiras				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	-	-	-
Juros pagos ou incorridos	(106.430)	(134.237)	(46.106)	(70.331)
Variações monetárias passivas	-	(15.886)	-	(15.874)
Outras	(4.075)	(6.100)	(4.561)	(4.002)
	(110.504)	(156.223)	(50.667)	(90.207)
Resultado financeiro líquido	(4.680)	110.067	(9.627)	129.428

29 Gerenciamento de riscos

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

c. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, também, dos recebíveis de clientes de suas controladas.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais. Em 31 de dezembro de 2017 a exposição máxima era de R\$ 551.678 (R\$ 456.387 em 31 de dezembro de 2016) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	89.056	-	-	89.056
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	98.939	363.978	405.792	868.709
Outras contas a pagar	145.741	33.542	-	179.283
Total	333.736	397.520	405.792	1.137.048

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise de sensibilidade.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Gestão de capital

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	159.469	80.851	159.469	80.851
Aplicações financeiras	30.985	30.434	30.985	30.434
Contas a receber de clientes	387.328	474.090	387.328	474.090
Outras contas a receber	160.884	143.366	160.884	143.366
Ativo financeiro	294.471	799.803	294.471	799.803
Total	1.033.137	1.528.544	1.033.137	1.528.544
Passivos Financeiros				
Fornecedores	89.056	102.211	89.056	102.211
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	868.709	1.052.398	868.709	1.052.398
Dividendos a pagar	17.785	22.885	17.785	22.885
Outras contas a pagar	179.283	82.835	179.283	82.835
Total	1.154.833	1.260.329	1.154.833	1.260.329

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	159.469	-	-	80.851	-	-
Aplicações financeiras		30.985	-	-	30.434	-
Contas a receber de clientes	387.328	-	-	474.090	-	-
Outros créditos	160.884	-	-	143.366	-	-
Ativo financeiro	294.471	-	-	799.803	-	-
	1.002.152	30.985		1.498.110	30.434	
Passivos Financeiros						
Fornecedores	-	-	89.056	-	-	102.211
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	-	-	868.709	-	-	1.052.398
Dividendos a pagar	17.785	-	-	22.885	-	-
Outras contas a pagar	-	-	179.283	-	-	82.835
	17.785	-	1.137.048	22.885	-	1.237.444

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM e IPC, para financiamentos e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,33% para o ano de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% a 50%.

Operação	Saldo em 31/12/17	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	30.985	CDI	9,33%	11,66%	14,00%
Receita financeira			<u>2.891</u>	<u>3.613</u>	<u>4.338</u>

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/17	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos	868.709	TJLP	7%	8,75%	10,50%
Despesa Financeira			<u>(60.810)</u>	<u>(76.012)</u>	<u>(91.214)</u>

30 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

* * *

A Diretoria

Contabilidade